



ESTADO DE MINAS GERAIS
INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS
URFBio Sul - Supervisão

AUTORIZAÇÃO

AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Nº DO DOCUMENTO: 2100.01.0058279/2021-13

O Supervisor Regional da Unidade Regional de Florestas e Biodiversidade Sul, no uso de suas atribuições, com base no inciso I do parágrafo único do art. 38 do Decreto nº 47.892, de 23 de março de 2020, concede ao requerente abaixo relacionado a **AUTORIZAÇÃO PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL** em conformidade com normas ambientais vigentes. Certificado emitido eletronicamente.

TIPO DE REQUERIMENTO DE INTERVENÇÃO AMBIENTAL	NÚMERO DO DOCUMENTO	UNIDADE DO SISEMA RESPONSÁVEL PELO PROCESSO
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	2100.01.0058279/2021-13	NAR DE CAXAMBU
1. IDENTIFICAÇÃO DO RESPONSÁVEL PELA INTERVENÇÃO AMBIENTAL		
Nome: Rodrigo de Almeida Ramos		CPF/CNPJ: 046.079.476-01
Endereço: Rua Antonio Araujo Costa		Bairro: Berta
Município: Itamonte	UF: MG	CEP: 37466-000
2. IDENTIFICAÇÃO DO PROPRIETÁRIO DO IMÓVEL		
Nome: Arlindo de Souza Ramos e outro		CPF/CNPJ: 088.766.487-39
Endereço: Estrada Companhia		Bairro: Companhia
Município: Alagoa	UF: MG	CEP: 37458-000

3. IDENTIFICAÇÃO DO IMÓVEL

Denominação: Sítio Tambaú	Área Total (ha):
Registro nº (se houver mais de um, citar todos): 5114	Município/UF:
Recibo de Inscrição do Imóvel Rural no Cadastro Ambiental Rural (CAR): MG-3101300-16D9.B2C7.8765.4A11.9577.5436.DC8F.68BE	

4. INTERVENÇÃO AMBIENTAL AUTORIZADA

Tipo de Intervenção	Quantidade	Un
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	0,0313	ha

5. PLANO DE UTILIZAÇÃO PRETENDIDA

Uso a ser dado à área	Especificação	Área (ha)
Aquicultura	tanque escavado	0,0313

6. COBERTURA VEGETAL NATIVA DA(S) ÁREA(S) AUTORIZADA (S) PARA INTERVENÇÃO AMBIENTAL

Bioma/Transição entre Biomas	Área (ha)	Fisionomia/Transição	Estágio Sucessional, quando couber	Área (ha)
Mata Atlântica	0,0313	Área antropizada		0,0313
Total:	0,0313		Total:	0,0313

7. PRODUTO/SUBPRODUTO FLORESTAL/VEGETAL AUTORIZADO

Produto/Subproduto	Especificação	Quantidade	Unidade

8. RESPONSÁVEL (is) PELO PARECER TÉCNICO (nome e MASP) E DATA DA VISTORIA

Alberto Pereira Rezende - MASP: 11478278

Data da Vistoria: 07/10/2021

9. VALIDADE

Data de Emissão: 23/11/2021

Validade: 3 (três) anos.

Observações:

ESTE DOCUMENTO SÓ É VÁLIDO QUANDO ACOMPANHADO DA PLANTA TOPOGRÁFICA OU CROQUI DA PROPRIEDADE CONTENDO A LOCALIZAÇÃO DA ÁREA DE INTERVENÇÃO, DA RESERVA LEGAL E APP.

Planta topográfica doc. SEI n. 37818674

10. COORDENADA PLANA DA ÁREA AUTORIZADA

Tipo de intervenção	Datum	Fuso	Coordenada Planta (UTM)	
			X	Y
Intervenção sem supressão de cobertura vegetal nativa em áreas de preservação permanente – APP	Sirgas 2000	23k	532001	7547026

11. MEDIDAS MITIGADORAS E COMPENSATÓRIAS FLORESTAIS (se necessário utilizar folha anexa)**Medidas Mitigadoras:**

- Que seja adotadas práticas sustentáveis de manejo de solo, água e dos recursos hídricos da área de influência da atividade, garantindo sua qualidade e quantidade, de acordo com norma dos conselhos estaduais de Meio Ambiente;
- Respeitar as diretrizes, normas e orientações dos planos de gestão de recursos hídricos e do plano de manejo da UC Parque Estadual Serra do Papagaio para sua zona de amortecimento;
- Não implicar em novas supressões de vegetação nativa na propriedade;
- Que seja adotada atitudes de boas práticas na atividade de truticultura;
- Respeitar as legislações ambientais e sanitárias relacionadas a atividade de truticultura;
- Manter em bom estado de funcionamento e limpo o tanque de decantação;
- Não utilizar produtos químicos prejudiciais ao Meio Ambiente;
- Respeitar a capacidade de produção dos tanques;
- Manter a área da atividade de truticultura sempre limpa e organizada;
- Fazer análise da água de saída do tanque de decantação periodicamente, garantindo sua qualidade de volta ao curso d' água; - Não fazer descarte dos sedimentos sólidos provindo da limpeza dos tanques no curso d' água;
- Não promover o lançamento da água dos tanques para o curso d' água sem tratamento e certificar que não a contaminação da água;
- Ter cuidado no manejo dos peixes para que não escape para o curso d' água;

- Para o lançamento dos resíduos gerados nos tanques para a criação dos peixes deverá ser utilizado as condições e padrões de lançamento de efluentes conforme Deliberação Normativa Conjunta COPAM/CERH-MG nº 01, de 05 de maio de 2008,
- Proteção das áreas de preservação existentes no entorno da atividade;
- Medidas físicas e vegetativas gerais de controle erosivo;
- Não sejam geradas supressões de vegetação nativa;
- Dar destinação adequada aos resíduos retidos no tanque de decantação, evitando seu carreamento ao curso d água;
- Desenvolver ações que efetivem a conservação da biodiversidade local;
- Instalação de placas de orientação de cunho ambiental na propriedade;
- Implantação ações que não ofereça risco a vida ou a integridade física das pessoas;
- Atender as recomendações técnicas no cronograma de implantação e execução das atividades destinadas à compensação ambiental da área a ser recomposta;
- Intervir somente nas áreas autorizadas.

Medidas Compensatórias:

Executar o Projeto Técnico de Recuperação da Flora – PTRF – apresentado anexo ao processo, em área de 0,0550 ha, tendo como coordenadas de referência X: 531940.75 Y: 7547003.08 (UTM, Sirgas 2000), na modalidade reflorestamento seguido pela regeneração natural, nos prazos estabelecidos no quadro de condicionantes.

12. OBSERVAÇÃO

Condicionantes da Autorização para Intervenção Ambiental

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
1	Apresentar relatório após a implantação do PTRF, indicando as espécies e o número de mudas plantadas, tratos silviculturais adotados e demais informações pertinentes. Acrescentar anexo fotográfico. Caso o responsável técnico pela execução do PTRF seja diferente do responsável técnico pela elaboração do mesmo, apresentar junto a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica – ART.	Conforme cronograma estabelecido no projeto
2	Apresentar relatórios anuais com anexo fotográfico para avaliação da situação do plantio. Informar quais os tratos silviculturais adotados no período e a necessidade de intervenção no plantio.	Anualmente até conclusão do projeto
3	Estabelecer a metodologia e o cronograma para recuperação da APP apresentada no PTRF, para o cumprimento do art. 16 da Lei 20.922/13, observando os prazos previstos no Decreto nº 48.127/21.	Conforme cronograma estabelecido no projeto
4	Regularizar o registro de piscicultura no sistema EcoSistemas, conforme orientação no link http://www.ief.mg.gov.br/servico-de-cadastro-e-	Sessenta (60) dias.

registro/2020-09-23-21-30-15, bem como iniciar processo de utilização dos recursos hídricos junto ao IGAM/URGA.

** Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de concessão da Autorização para Intervenção Ambiental.*

Regularização de forma corretiva de 07 (sete) tanques escavados revestido de concreto e 01 (um) reservatório suspenso utilizado para alevinagem ambos associado à prática da aquicultura do imóvel.

- 1) Tanque 1: engorda de alevinos de truta: 0,0012 ha - X:531.992,48; Y:7.547.030,95
- 2) Tanque 2: engorda de alevinos de truta : 0,0064 ha - X:532.001,40; Y:7.547.026,23
- 3) Tanque 3: engorda de alevinos de truta: 0,0073 ha - X:532.011,82; Y:7.547.024,23
- 4) Tanque 4: engorda de alevinos de truta: 0,0025 ha - X:531.998,17; Y:7.547.034,26
- 5) Tanque 5: engorda de alevinos de truta: 0,0061 ha - X:532.007,33; Y:7.547.035,96
- 6) Tanque 6: engorda de alevinos de truta: 0,0060 ha - X:532.016,30; Y:7.547.035,73
- 7) Tanque 7: tanque de decantação: 0,0010 ha - X:532.024,06; Y:7.547.032,75
- 8) Reservatório de alevinagem de truta: 0,0008 ha - X:531.997,67; Y:7.547.033,66

- Nos termos do art. 108, § 3º do Decreto Estadual n. 47.383/18, fica afastada a penalidades de suspensão aplicada através do auto de infração n. Infração nº 24442/2016

Esta autorização não dispensa nem substitui a obtenção, pelo requerente, de certidões, alvarás, licenças ou autorizações, de qualquer natureza, exigidos pela legislação Federal, Estadual ou Municipal.

Declaro estar ciente das obrigações assumidas através deste documento e declaro ainda ter conhecimento de que a não comprovação do uso alternativo do solo no curso do ano agrícola acarretará no pagamento de multa e implementação de medidas mitigadoras ou compensatórias de reparação ambiental, sem prejuízo de outras cominações cabíveis.



Documento assinado eletronicamente por **Anderson Ramiro de Siqueira, Supervisor(a)**, em 23/11/2021, às 14:43, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **38379601** e o código CRC **8E0F2644**.